

*Marcas da desconstrução da cultura
indígena brasileira nas obras Iracema e
Macunaíma*

Marks of the deconstruction of Brazilian indigenous
culture in the works Iracema and Macunaíma

Valdivina Télia Rosa de Melian¹; Andreia Nascimento Carmo²

Resumo: Neste artigo, estabelecemos como objetivo discutir o processo de racionalização da cultura indígena brasileira imposto pelo colonizador português. Para tanto, estão elencadas as práticas das relações sociais e culturais presentes na literatura romântica de José de Alencar, em Iracema, e, na literatura moderna de Mário de Andrade, em Macunaíma. As duas obras são parte do cânone brasileiro publicadas em momentos históricos diferentes, porém, ambas representam o período pós-colonial de busca pela representação de uma identidade literária brasileira. Nessa perspectiva, analisamos as formas de relação do explorador com a cultura, a raça e a religião do outro – o explorado. Para essa análise, realizamos uma leitura sócio-histórica mediante, o pensamento decolonial. Assim, ficou entendido que a descolonização do pensamento perpassa pela valorização da cultura local, em detrimento da cultura exógena, promovendo o reconhecimento dos saberes e desconstruindo as leituras homogêneas do pensamento universalista abstrato.

Palavras-chave: Cultura indígena; Literatura; Racionalização; Formação de identidade.

Abstract: In this article, we aim to discuss the process of rationalization of Brazilian indigenous culture imposed by the Portuguese colonizer. For that, the practices of social and cultural relations present in the romantic literature of José de Alencar in Iracema and in the modern literature of Mário de Andrade in

¹ Doutora em Letras – Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3334-497X>. E-mail: teliarosa@hotmail.com.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7627-4911>. E-mail: dreiancn@gmail.com.

Macunaíma will be listed. Both works are part of the Brazilian canon published at different historical moments, however, both represent the post-colonial period of search for the representation of a Brazilian literary identity. From this perspective, we analyze the explorer's relationship with the culture, race and religion of the other - the exploited. For this analysis, it is necessary to carry out a socio-historical reading through decolonial thinking. Thus, we understand that the decolonization of thought involves the valorization of local culture at the expense of exogenous culture, promoting the recognition of knowledge and deconstructing the homogeneous readings of abstract universalist thought.

Keywords: *Indigenous culture; Literature; Rationalization; Identity formation.*

Considerações Iniciais

Pensar uma literatura descolonizada se impõe, pois, a literatura brasileira realizada no período colonial. Embora já se houvesse chegado à independência do Brasil, essa literatura ainda apresentava uma visão estereotipada do indígena e do negro, enquanto humano livre para exercer os seus deveres e usufruir de seus direitos. Essa ideia colonizadora de que o indígena é selvagem e de que o papel do negro na sociedade é servir com seu trabalho braçal, que ambos são incapazes de pensar, de agir de uma forma considerada “civilizada” favorecia (e ainda favorece) os processos de dominação e de exploração social.

A colonialidade do poder representa um continuum da colonização, visto que, mesmo no período pós independência das colônias, a cultura e o saber dos povos explorados continuam sendo negligenciados. Há pouco (ou nenhum) respeito ou reconhecimento pelas formas culturais, religiosas ou sociais indígenas e negras. Esse pensamento de cultura superior, desenvolvido pelo colonizador europeu por meio da classificação social e da racialização, perdura por intermédio do racismo epistêmico.

Desse modo, a literatura brasileira do período romântico está mais influenciada pelos padrões europeus ou euramericano do que a literatura moderna brasileira, que se apresenta como uma forma de valorizar a cultura local. Convém comentar que, para romper com formas preconceituosas ou padronizadas, é preciso ter um pensamento decolonial em relação a esses arquétipos. Nesse viés, propomos analisar, neste artigo, o modo como a cultura indígena brasileira é racionalizada pelo colonizador europeu, a partir dos romances *Iracema*, de José de Alencar, e *Macunaíma*, de Mário de Andrade.

Durante o século XIX, o movimento Romântico brasileiro encontrou solo fértil em um Brasil pós-independência, momento, esse, em que o país buscava construir sua

identidade cultural com ênfase na valorização de suas particularidades regionais. A formação da identidade brasileira inicia com o processo de colonização e de dominação dos povos indígenas. Nesse sentido, a configuração da identidade de um herói na literatura romântica, ainda que em busca de um modelo identitário que representasse o povo brasileiro, foi inspirada no cavaleiro medieval, por influência da literatura europeia.

A proposta, então, era desenvolver uma estética nacional a partir da valorização de peculiaridades regionais puramente brasileiras. Nessa esteira, tornou-se importante eleger um representante nacional. Pelos registros da/ná história oficial do Brasil, assim como pela teoria literária, sabemos que os críticos e os escritores de literatura encontraram no indígena a expressão legítima do movimento literário, chamado Romantismo brasileiro. À vista disso, temos a figura representante de um herói nacional.

José de Alencar, no romance *Iracema*, com primeira edição publicada em 1865, apresenta, de maneira poética, o primeiro encontro do europeu com os povos indígenas. O contato entre as duas raças ocorre de maneira pacífica, a não ser, como se pode observar no decorrer da narrativa, pela descrição do comportamento selvagem dos índios. A busca por uma identidade brasileira tornou o fruto da mistura entre o indígena e o branco, o autêntico representante do povo brasileiro. Essa união, entre povos diferentes, provocou um hibridismo social, cultural e linguístico que ainda permanece até a atualidade, no Brasil.

Um século após o Romantismo, alcançamos o período denominado de Modernismo, época em que os escritores partiram daquilo que conheciam sobre o período romântico e se voltaram para a ideia de (re)construção de uma identidade da cultura brasileira. Nessa perspectiva, os escritores propunham repensar a cultura nacional, procurando revisar tradições, distanciando-se, assim, de qualquer apego aos valores estrangeiros. Ressalta-se que o propósito dos modernistas era manter a visão nacionalista, porém, uma visão mais crítica em relação à realidade brasileira.

Em *Macunaíma*, publicado em primeira edição em 1928, Mário de Andrade trata da questão do hibridismo cultural em busca de uma identidade moderna brasileira. *Macunaíma*, a personagem principal do romance, entra em confronto com o ideal de civilização paulistana da época, ideal, esse, que, por sua vez foi influenciado pelos modelos europeus. Mário de Andrade cria, então, o mito do nascimento das três raças, e constrói a imagem de um país miscigenado. Todavia, o indígena e o negro são vistos

como raças inferiores, uma vez que precisam adaptar-se aos costumes e à cultura do colonizador – branco.

Ambos os autores dos romances citados buscavam, por meio da literatura, uma figura que pudesse representar o herói nacional brasileiro. Conforme já apresentado, as duas obras foram escritas em momentos históricos diferentes, a primeira – *Iracema* – pertence à literatura romântica, a segunda – *Macunaíma* – faz parte da literatura moderna. Elas trazem, no entanto, traços semelhantes em relação à racionalização da cultura indígena e sua hibridização, como a supervalorização da cultura euroamericana branca, em detrimento de outras culturas como a latino-americana, sobretudo, indígena e negra.

Canclini (1999) pontua que a hibridização cultural é fruto da influência mútua entre a cultura indígena e a cultura elitista. Embora, em *Iracema*, José de Alencar trate o tema com maior “polidez”, no romance está clara a ideia de abandono da cultura indígena e da adoção de um novo pensamento guiado pelos colonizadores. Em *Macunaíma*, apesar de muitos esforços em enfatizar os aspectos culturais tipicamente nacionais, notam-se as influências da dominação europeia sobre os costumes dos indígenas. Assim, tanto José de Alencar como Mário de Andrade trazem nos romances a criação de um modelo de identidade para o Brasil, a partir de uma lógica teórica eurocêntrica, por meio da qual se racionaliza a cultura indígena.

A racionalização começa no contato entre duas etnias

No romance *Iracema*, logo no primeiro contato entre as personagens protagonistas, há vestígios da forma como o pensamento racional da sociedade europeia se perpetuava sobre o comportamento dos indígenas. Na narrativa, ao perceber que foi atacado por uma mulher, o europeu se lembra dos ensinamentos religiosos que conheceu em sua cultura. Em contrapartida, expõe-se a cultura do indígena, como selvagem, sem sensibilidade para conviver com outras pessoas, haja vista que não tinha uma religião, a cristã. Conforme descreve Alencar, “o moço guerreiro aprendeu na religião de sua mãe, onde a mulher é símbolo de ternura e amor. Sofreu mais d’alma que da ferida” (ALENCAR, 2000, p. 21).

Nessa descrição, enfatiza-se a necessidade de racionalização da cultura do outro para obter domínio sobre ele. Entende-se, assim, que apenas os indivíduos que têm educação

religiosa cristã mostram valores morais elevados e, por isso, têm a alma mais sensível. Nega-se o pensamento e a racionalidade dos indígenas dentro de sua própria cultura. Mesmo invadindo o espaço do outro, o europeu é quem detém o pensamento racional legitimado. O indígena era e continua sendo visto como alguém que precisa ser cristianizado, em virtude de sua selvageria e de seus “maus costumes”.

Quando o índio Poti se converte ao cristianismo, temos, mais uma vez, indícios da cultura dominante sobre a cultura marginalizada. Conforme foi narrado no romance, “Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco. Deviam ambos ter um só deus, como tinham um só coração.” (ALENCAR, 2000, p. 89). Poti deixa seu estado puro de crença, de pensamento, para seguir o pensamento do homem branco. O invasor europeu não aceita o índio tal como ele é, com a sua maneira de pensar, com o seu comportamento, com as suas regras, com as suas crenças, enfim, com sua maneira cultural de se manifestar. Dessa forma, o colonizador utiliza a catequização para, na verdade, dominar todo esse povo.

O domínio europeu e a sua racionalização são demonstrados ao longo de todo romance alencariano analisado. Há algumas passagens na narrativa que exemplificam mais vestígios do poder da cultura europeia sobre a indígena. Um deles aparece, por exemplo, quando Iracema trai o segredo da jurema e vai embora acompanhando o jovem europeu. Assim como Poti, a protagonista representa o índio que deixa os seus costumes para viver os costumes do outro. “A filha dos Tabajaras já deixou os campos de seus pais” (ALENCAR, 2000, p. 55). Mais uma vez, fica evidente o indígena renunciando a sua cultura em favor de outra.

Esses apontamentos retomam um Brasil colonial e pós-colonial em que os colonizadores europeus – crédulos por obterem uma cultura melhor do que qualquer outra – desconsideraram qualquer condição de convívio com os indígenas que não fosse dirigida pelas relações de poder impostas por eles mesmos, os donos desse poder. Assim sendo, entendemos que os portugueses racionalizaram a cultura indígena brasileira. Tal racionalização perdura até o momento, mantendo a cultura indígena menor, segregada.

Em *Macunaíma*, observa-se a racionalização e a construção de um sujeito híbrido que, para sobreviver, precisa ser “transformado” em homem branco. Não é uma transformação literal, mas uma mudança no pensamento do indivíduo reprimido. As metáforas presentes em torno da narrativa de Mário de Andrade contribuem para a

compreensão da maneira como a sociedade marginalizada deve se comportar e, assim, se manterem entre as pessoas cuja cultura é favorecida.

Macunaíma torna-se um sujeito híbrido, uma vez que, ao deixar seu lugar de origem, ele precisa conceber a forma de pensar daqueles com os quais conviverá em seu local de destino, “quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água levava o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retina dos Tapanhumas” (ANDRADE, 2004, p. 40). García Canclini (1999) considera o processo de hibridação como algo positivo, pois, segundo ele, garante a sobrevivência da cultura indígena. A ruptura da pureza dessa cultura pode torná-la mais rica com aspectos de outra.

Em contrapartida, Stuart Hall (2005) e Homi Bhabha (1998) consideram o hibridismo como um processo marcado por relações de poder em que os participantes estão em posições distintas. Segundo Bhabha (1998), não se trata apenas de adaptação, mas também de um choque entre as culturas. Para Hall (2005, p. 74) “trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade”. Dessa forma, o indivíduo não se encontra totalmente na cultura do outro, falta algo para completá-lo, representá-lo.

Mário de Andrade evidencia esse hibridismo por meio do discurso de Macunaíma que, mesmo “inserido” dentro dessa nova sociedade, não se sentiu parte dela, visto ter sua própria constituição cultural: “Paciência, manos! Não! Não vou na Europa não. Sou americano e meu lugar é na América. A civilização europeia de certo esculhamba a intezza do nosso caráter” (ANDRADE, 2004, p. 108). O herói reconhecia que a submissão aos costumes europeus mudaria os costumes locais, “então Macunaíma não achou mais graça nesta terra. (...) Macunaíma cismou meio indeciso, sem saber se ia morar no céu ou na ilha de Marajó” (ANDRADE, 2004, p. 157).

Macunaíma já não era mais o mesmo devido às intervenções culturais eurocêntricas vivenciadas com o tempo. “O herói de nossa gente” se encontrou vencido, sem forças para viver na cidade e, também, para se reintegrar totalmente à sua tribo. Desse modo, ele acredita que a sua única alternativa é morrer. A morte de Macunaíma representa a morte de sua tribo, que, por sua vez, representa a morte da cultura indígena. No encontro entre duas culturas, é preciso ser híbrido e viver no entre-lugar. Macunaíma ficou no entre-lugar, tornou-se híbrido socioculturalmente, porém, não resolveu o impacto que envolveu

as duas culturas. De acordo com Hall (2005, p. 21), “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”.

Embora Mário de Andrade negue o pensamento racional europeu enfatizando a crença mística em passagens, como, “... Maanape resmungava: _Caboclo de Taubaté, cavalo pangaré, mulher que mija em pé, libera nós, Dominé! E empurrava a comida. Maanape era feiticeiro” (ANDRADE, 2004, p. 116), o romance representa um Brasil que, na modernidade, ainda continuava com a mesma condição de colônia, em que o domínio pertencia aos brancos.

No decorrer da obra literária, percebe-se que o herói Macunaíma, vai se tornando cada vez mais híbrido, mais distante de sua originalidade. Macunaíma se aperfeiçoou nas duas línguas, o brasileiro falado e o português escrito. Mário de Andrade cita a diversidade linguística presente na comunicação brasileira, apresentando o próprio português como duas línguas, em que a falada contém misturas com as línguas regionais e a escrita tem um modelo padrão europeu:

nas conversas, utilizam-se os paulistanos dum linguajar bárbaro e multifário, crasso de feição e impuro na vernaculidade, mas que não deixa de ter o seu sabor e força nas apóstrofes, e também nas vozes do brincar. (...). Mas si de tal desprezível língua se utilizam na conversação os naturais desta terra, logo que tomam da pena, se despojam de tanta asperidade, e surgem o Homem Latino de Lineu, exprimindo-se numa outra linguagem, muito próximo da vergiliana, no dizer dum panegerista, meigo idioma, que, com imperecível galhardia, se intitula: língua de Camões! (ANDRADE, 2004, p. 80).

O autor mantém, ao longo da narrativa, palavras indígenas, demonstrando variações linguísticas presentes na língua portuguesa falada no Brasil desde o seu descobrimento e que permeia a atualidade. Contudo, a diversidade linguística não exclui o fato de que

a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. (HALL, 2005, p. 49).

Em *Iracema*, Alencar também faz uso da língua indígena na construção de sua narrativa, demonstrando a mesma diversidade linguística já apontada. A língua é um fator determinante para a concretização do domínio do colonizador. Na descrição da cena do recebimento do batismo do índio Poti, temos a representação da importância da língua para a concretização da supremacia do outro. A narrativa mostra que Poti “recebeu, com o batismo o nome do santo cujo era o dia e do rei a quem ia servir, e sobre os dois o seu, na língua dos novos irmãos” (ALENCAR, 2000, p. 89).

Pensamento decolonial, racionalidade e literatura

O pensamento decolonial é oposicionista ao processo colonizador. Ele representa uma resistência à colonialidade do poder, do ser e do saber. De acordo com Grosfoguel (2007), do século XVI até ao XXI, o processo de colonização continua por intermédio da colonialidade desses três pilares supracitados. Essa visão eurocêntrica e universalista de religião, da civilização, do desenvolvimento e do regime político dominou o imaginário dos povos indígenas e, por extensão, dos negros que eram trazidos como escravos para o Brasil. Em contrapartida, a decolonialidade rompe com essa forma de dominação e de exploração através de um outro pensamento, baseado no respeito e na valorização da diversidade local.

Nos romances analisados, o indígena é idealizado e assume uma condição submissa para viver em comunhão com o branco – colonizador – assim, ele deixa a sua cultura para viver a do outro. Em *Iracema*, o sofrimento desse processo é camuflado pela história de amor entre as personagens *Iracema* e *Martim*. Por outro lado, em *Macunaíma*, percebe-se como é doloroso, para o colonizado, o modo de inserção de uma nova cultura imposta pelo colonizador.

No romance *Iracema*, o representante da nação brasileira é fruto da mistura entre o branco e o indígena. Isso nos permite questionar por que não pensar o índio – ainda que na literatura – com a valorização da sua cultura? José de Alencar “mata” *Iracema* e, junto com ela, também morre a sua cultura. Essa é deixada para trás com a partida de *Martim* para Portugal com o seu filho.

De acordo com Quijano (2014), a racionalidade está associada à racialização, visto que ambas fazem parte do mesmo processo de dominação e de exploração dos indígenas realizado pelo colonizador europeu. Segundo o autor, na relação entre raças se trata de dominação, antes de tudo. Logo, Quijano (2014, p. 99) aponta que “a Europa é civilizada. A Não-Europa é primitiva. O sujeito racional é Europeu. A Não-Europa é objeto de conhecimento”. Outros povos, que não os europeus ou os europeus indígenas e negros, são vistos como uma raça de menor valor. Indivíduos que devem se manter sob as regras de condutas consideradas civilizadas por aqueles que mantêm o pensamento dominante.

A racionalidade colonizadora assumiu uma proporção de controle da cultura indígena de maneira que os indígenas foram dominados para ajustarem o seu comportamento a um sistema associado ao modelo “ideal” de comportamento europeu. De acordo com Hall (2005), o pensamento moderno Cartesiano, totalmente racional, deu origem ao sujeito individual, provido de uma identidade fixa e unificada. Nesse sentido, a conquista do outro mediante a subjugação era propícia, porque o mais importante era o pensamento racional.

José de Alencar, como já dito, poetisa seu romance por meio do relacionamento amoroso entre *Iracema* e *Martim*. O autor mostra a personagem *Iracema* como uma guerreira, que enfrenta sua própria tribo para defender o amado português. Apesar de *Iracema* ser a personagem central do romance, é o estrangeiro *Martim* que termina como herói da trama. O jovem que viera de um lugar tão distante nada conhecia dos costumes daquelas terras. Mesmo assim, conseguiu subjugar a cultura do povo ao qual sua amada pertencia.

A literatura também é história e com essa torna-se verídica. Segundo *Ciro Flamarion S. Cardoso* (1981, p. 90), “o mundo da literatura é o mundo do possível e a própria criação da utopia se alimenta de uma imaginação ancorada na realidade”. O traço fictício predominante na literatura não exclui o pensamento elitista formado pela colonização. De acordo com Quijano (2014), esse pensamento perdura graças à colonialidade do pensamento subjetivo daqueles que foram educados sob a sua hegemonia.

Assim, de acordo com o descrito por *Fernando Teixeira de Andrade*, na apresentação do Romance *Iracema* publicado em uma edição do ano 2000, José de Alencar foi muito repreendido “por narrar histórias em que o indígena – dentro de uma visão europeia e cristã – é subjulgado e/ou destruído” (2000, p. 08). Assim sendo, compreendemos, por

um lado, que Alencar fez uma crítica, embora de maneira mesclada às metáforas e à linguagem romântica trabalhada no texto, à maneira com que o indígena era visto e tratado pelos colonizadores europeus.

Para Andrade (2000, p. 08), ele reconheceu artisticamente em *Iracema*, “a submissão e destruição do nativo”. Em contrapartida, podemos compreender que José de Alencar, homem do seu tempo, estava preso à lógica do pensamento eurocêntrico, deixando os rastros de uma formação sócio-histórica pautada na colonialidade do poder, do ser e do saber. Isto é, a descolonização das terras brasileiras não garantiu a descolonização cultural do seu povo.

Em *Macunaíma*, é possível entender que Mário de Andrade faz uma paródia do romance *Iracema*. Em alguns trechos de sua obra, como “No fundo do mato virgem nasceu *Macunaíma*, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite” (ANDRADE, 2004, p. 13), o autor faz alusões à *Iracema*, criticando a visão romântica e poética acerca do indígena, apresentada por José de Alencar, como no trecho a seguir: “Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu *Iracema*. *Iracema*, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira” (ALENCAR, 2000, p. 20).

Mário de Andrade busca apresentar um herói sem influências do colonizador. Seu texto tem marcas que revelam características do folclore, mitos e lendas brasileiras. No entanto, esse herói, ainda que apresente atributos considerados culturalmente brasileiros, carrega influências de um colonizador que se faz presente na colonialidade do saber como modelo de cultura ideal. Assim, *Macunaíma*, “herói de nossa gente” (ANDRADE, 2004, p. 13), se desloca de seu habitat, perde sua identidade, usa outra língua, torna-se outro.

Nos dois romances, chamamos a atenção para a maneira como o pensamento racional eurocêntrico contribuiu para a destruição da cultura indígena brasileira. Ao construir a ideia de nação brasileira, a “nação” indígena foi desconstruída, porque lhe foram retirados os três pilares base que formam a cultura nacional, quais são: “as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança”, (HALL, 2005, p. 58). A formação de uma cultura nacional pautada pela racionalidade do colonizador europeu deixou marcas profundas, deslocando a cultura indígena para um campo periférico. Desse modo, a sociedade indígena foi transformada em uma sociedade marginal, fora do contexto nacional idealizado pelos nacionalistas e deslocado de sua origem.

Considerações Finais

A subjugação do indígena representou muito mais que a simples colonização de exploração de recursos naturais. Apesar da independência e da criação do Estado-nação, a dominação/escravização do povo importou uma colonialidade do saber que perpetuou uma colonização subjetiva. O indígena, vítima dessa subjugação, tornou-se um indivíduo híbrido social e culturalmente, sendo um exilado em sua própria terra. O colonizador não reconhece que a cultura do outro pode ter sua própria racionalidade, impondo a sua como a única verdadeira.

A racionalização, que está presente nos romances *Iracema* e *Macunaíma*, faz parte de um processo colonizador que legitima a ocupação da América Central e do Sul. Conquistar o “indígena selvagem” se fazia necessário para a dominação total europeia. Assim, reconhecemos ser fundamental a descolonização do saber para que haja a revalorização da cultura indígena e dos povos latino-americanos. O pensamento eurocêntrico já não é mais uma referência indiscutível. É passada a hora de buscarmos novas formas de pensar nossas culturas locais.

Após a independência, tanto o Brasil como outros Estados-nação, constituídos na América Latina, continuaram subjugados ao poderio hegemônico eurocêntrico, mantendo-se subalternizados à cultura do outro - colonizador. Mignolo (2003) chama a atenção para revalorização da cultura local para romper com a superioridade epistemológica eurocêntrica. Assim, haveria a possibilidade de os indígenas terem sua soberania a partir de uma desestruturação da colonialidade do ser, do saber e do poder, que, juntas, têm subjugado não só os povos indígenas, mas todos os habitantes da América latina.

Referências

ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2000.

ANDRADE, Fernando Teixeira de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2000.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2004.

BHABHA, Home K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimè Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais. Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

QUIJANO Aníbal. Colonialidade do poder e Classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, LDA, 2014.